



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO ESPECÍFICA DE ÁREA COMUM)

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Todo texto argumentativo mostra uma tese e os argumentos que a defendem.

Assinale a frase em que o argumento apresentado é caracterizado como testemunho de autoridade.

- (A) Não deixe para amanhã o que pode fazer depois de amanhã.
- (B) Se quiser consertar o país, basta fazer com que todos creiam em Deus.
- (C) Sigo tomando o ônibus em lugar do metrô, pois assim faz a maioria dos cidadãos.
- (D) Já dizia meu pai que o samba brasileiro ia perder espaço para a música estrangeira.
- (E) Ontem choveu e as ruas ficaram alagadas; hoje, choveu de novo, logo as ruas ficarão alagadas.

2

...a Justiça sustenta numa das mãos a balança e que pesa o Direito, e na outra a espada de que se serve para o defender. A espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a impotência do Direito.

(Rudolf von Ihering. Metáfora da balança da Justiça.)

Sobre o texto acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Segundo o texto, as punições são indispensáveis no exercício da justiça.
- (B) O emprego da vírgula no segundo período se deve à omissão do verbo.
- (C) O primeiro período do texto podia mostrar entre vírgulas o termo “numa das mãos”.
- (D) O texto não cita o fato de a justiça também ser cega, o que aparece representado na imagem.
- (E) O texto pode ser interpretado como uma crítica à justiça.

3

Leia a nota da OAB a seguir.

A prática reiterada e impune de atos de corrupção leva as pessoas a pensar que a improbidade e a falta de ética são naturais e a improbidade é uma regra para os grandes delinquentes.

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O adjetivo “grandes” mostra valor de importância social dos delinquentes.
- (B) Os adjetivos “reiterada” e “impune” são redundantes, bastando tão somente o emprego de um deles.
- (C) O texto mostra um erro de construção na forma verbal “pensar”, que deveria ser substituída por “pensarem”.
- (D) A repetição da palavra “improbidade” poderia ser evitada, trocando-se a segunda ocorrência pelo demonstrativo “esta”.
- (E) O verbo “pensar” só tem por complemento a primeira oração que o segue: “que a improbidade e a falta de ética são naturais”.

4

Leia o fragmento a seguir.

Temo que deveríamos tornar o mundo honesto antes de honestamente dizer a nossos filhos que a honestidade é a melhor política. (Bernard Shaw)

Nesse pensamento aparecem três palavras da mesma família: *honesto, honestamente* e *honestidade*.

Assinale a opção que apresenta três palavras que pertencem também a uma mesma família e repetem, respectivamente, as mesmas classes gramaticais.

- (A) legível – legalmente – leitura.
- (B) correto – corretamente – correção.
- (C) elegível – eleitoralmente – eleitoral.
- (D) distinguido – distintamente – distinto.
- (E) punibilidade – impunemente – punição.

5

Assinale a frase em que termo sublinhado **não** mantém coesão com um termo anterior.

- (A) Jogo imbecil é aquele em que ninguém ganha.
- (B) Se eu morresse em um hospital, eu o processaria.
- (C) Um pouco de incenso queimado é bom remédio para deixar lá com ela.
- (D) Os médicos creem que, encontrada a causa da enfermidade, sua cura está descoberta.
- (E) Por quatro gerações estamos fazendo remédios como se a vida das pessoas dependesse deles.

6

Assinale a frase em que a expressão *é que* está empregada para dar ênfase.

- (A) Quanto *é que* custam as batatas?
- (B) Onde *é que* você mora?
- (C) Como *é que* você se chama?
- (D) Quando *é que* é o dia da Independência?
- (E) Quando *é que* ela chega?

7

Assinale a frase que mostra a presença de antônimos em sua estruturação.

- (A) Para grandes males, grandes remédios.
- (B) A distância mais longa é entre a cabeça e o coração.
- (C) Depois do jantar descansarás ou andarás mil passos.
- (D) Sabemos que tudo pode ser comum ou extraordinário.
- (E) Os médicos devem inserir fé e esperança nos pacientes.

8

Leia a frase em discurso direto a seguir.

— *Amanhã estarei saindo daqui com minha irmã.*

Assinale a opção que apresenta essa frase em discurso indireto. (Começando por *Ele disse que...*)

- (A) amanhã estará saindo de lá com sua irmã.
- (B) amanhã estaria saindo de lá com a irmã dele.
- (C) amanhã estava saindo de lá com a irmã dele.
- (D) no dia seguinte estaria saindo de lá com sua irmã.
- (E) no dia seguinte ele estaria saindo de lá com a irmã dele.

9

Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.

- (A) “A iluminação era fraca, mas, como havia luz externa, o problema era de pouca monta.”
- (B) “Alguns clientes conversavam em diversas mesas e pareciam contentes com alguma coisa.”
- (C) “O restaurante era pequeno, com muitas mesas espalhadas pelo salão, com velas sobre elas.”
- (D) “Restaurantes são lugares públicos e devem estar sempre com boa aparência para atrair os clientes.”
- (E) “Estava com fome. Dobrei a esquina, dirigi-me a um restaurante que estava aberto e sentei-me na primeira mesa.”

10

Assinale a frase que está inteiramente em linguagem lógica, sem conotação (linguagem figurada).

- (A) Dinheiro fala.
- (B) Êxtase: descobrir uma nova camada de bombons sob a primeira.
- (C) Se você ficar com medo da guerra, coma uma bomba de chocolate.
- (D) Se você tem alguma coisa importante a dizer, embrulhe-a em chocolate.
- (E) Lavo muita roupa no tanque e só ando de bicicleta. Acho que isso faz o corpo ficar em forma.

Administração Pública

11

Nos últimos anos, a administração pública brasileira tem dado cada vez mais atenção à gestão da integridade. Programas de integridade, que abrangem ações preventivas e corretivas contra fraudes e corrupção, são fundamentais para promover a confiança pública e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico.

Assinale a opção que descreve a função suporte da alta administração nos programas de integridade.

- (A) Desenvolver mecanismos de controle para gerenciar os riscos internos e externos da organização.
- (B) Promover a adesão dos colaboradores a um código de conduta específico para prevenir fraudes e corrupção.
- (C) Realizar auditorias independentes para detectar violações e garantir a conformidade com as políticas da organização.
- (D) Dar aval explícito e apoio incondicional como exemplo a ser seguido, reforçando o compromisso de transformar a cultura da organização.
- (E) Monitorar continuamente as operações da organização, garantindo a adaptação dos instrumentos e estruturas às novas demandas.

12

Os modelos de Administração Pública refletem a evolução das formas de gestão governamental, buscando equilibrar eficiência, transparência e participação cidadã para melhor atender às demandas da sociedade.

O modelo em que a legitimidade se origina das leis e do direito e é pautada, a princípio, pela racionalidade e objetividade é o(a)

- (A) carismático.
- (B) tradicional.
- (C) racional legal.
- (D) nova gestão pública.
- (E) nova governança pública.

13

Uma *política pública* é uma diretriz criada para enfrentar um problema público, orientando ações ou omissões, e as atividades resultantes dessa orientação também integram a política pública.

Assinale a opção que apresenta os elementos fundamentais para a elaboração de uma política pública.

- (A) Interesse pessoal e solução privada.
- (B) Participação exclusiva do setor privado.
- (C) Ação governamental sem objetivo claro.
- (D) Decisão baseada apenas em interesses individuais.
- (E) Intencionalidade pública e resposta a um problema público.

14

O processo de elaboração de políticas públicas, ou ciclo de políticas públicas, organiza a vida de uma política em fases sequenciais e interdependentes.

Assinale a opção que apresenta a definição de agenda formal.

- (A) Conjunto de problemas que o poder público já decidiu enfrentar.
- (B) Conjunto de problemas que a sociedade civil traz para o debate público.
- (C) Conjunto de problemas que recebem atenção especial dos meios de comunicação.
- (D) Conjunto de problemas percebidos pela mídia como importantes para a sociedade.
- (E) Conjunto de problemas que a comunidade política considera merecedores de intervenção pública.

15

A formulação de uma política pública envolve definir os objetivos e as estratégias e avaliar as possíveis consequências de cada alternativa. O *policymaker* usa diferentes mecanismos genéricos para induzir o comportamento desejado em uma política pública.

Assinale a opção que exemplifica o uso da coerção como mecanismo de indução de comportamento.

- (A) Implementar multas para quem descumprir leis de trânsito.
- (B) Oferecer incentivos fiscais a empresas que adotam práticas sustentáveis.
- (C) Lançar campanhas de conscientização sobre a importância da vacinação.
- (D) Distribuir prêmios para os servidores públicos com melhor desempenho anual.
- (E) Desenvolver novas tecnologias para facilitar o cumprimento de normas de segurança no trabalho.

16

Os atores relevantes em uma política pública são aqueles que podem influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados, sensibilizando a opinião pública e decidindo o que entra na agenda política.

Assinale a opção que apresenta exemplo de atores governamentais.

- (A) Partidos políticos.
- (B) Trabalhadores.
- (C) Empresários.
- (D) *Think tanks*.
- (E) Juízes.

17

Modelos de relação e de prevalência são constructos teóricos que explicam, respectivamente, como os atores interagem e quais atores predominam em um processo de política pública. Eles são baseados em observações práticas e ajudam a interpretar a distribuição de poder nas arenas políticas.

O modelo usado para interpretar a relação entre o governo e a burocracia é denominado

- (A) elitismo.
- (B) pluralismo.
- (C) principal-agente.
- (D) triângulo de ferro.
- (E) redes de políticas públicas.

18

No Brasil, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm duas modalidades: patrocinada e administrativa.

Na patrocinada, o parceiro privado pode cobrar tarifas dos usuários, mas o governo ainda paga contraprestações. Já na modalidade administrativa, a remuneração do parceiro privado vem exclusivamente do poder público, sem cobrança de tarifas dos usuários.

Um exemplo de modelo de concessão administrativa com o uso do *shadow toll* nas PPPs é a

- (A) remuneração do concessionário com base na receita obtida exclusivamente com o pedágio.
- (B) cobrança de pedágio diretamente dos usuários da rodovia para remunerar o concessionário.
- (C) participação dos usuários no pagamento da manutenção da rodovia por meio de taxas adicionais cobradas anualmente.
- (D) remuneração do concessionário pela administração pública, com base na disponibilidade da rodovia, sem cobrança de pedágio aos usuários.
- (E) remuneração do concessionário pelos usuários com base na demanda de tráfego, sendo o valor proporcional ao número de veículos que trafegam na rodovia.

19

O governo eletrônico (*e-gov*) consiste no uso de tecnologia da informação e comunicação (TICs) combinado com mudanças organizacionais para aperfeiçoar as estruturas e operações do governo.

Com relação ao *e-gov*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O *e-gov* é uma alternativa mais rápida e prática para os cidadãos no acesso a serviços governamentais.
- II. A percepção de risco pelos cidadãos, como em questões de privacidade e segurança, pode desencorajá-los a utilizar os sistemas de *e-gov*.
- III. O uso de serviços presenciais tradicionais tende a aumentar quando os cidadãos percebem o uso de *e-gov* como arriscado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

20

O neocorporativismo é um sistema de intermediação de interesses em que as organizações são limitadas, e o Estado lhes dá o monopólio da representação em troca de alguma influência sobre nomeações no parlamento.

Assinale a opção que apresenta requisitos para o estabelecimento do neocorporativismo.

- (A) Um governo pró-trabalhismo, centralização dos grupos de interesse e monopólio da representação.
- (B) Centralização dos grupos de interesse, pluralismo irrestrito e participação mínima do Executivo.
- (C) Descentralização dos grupos de interesse e abertura total para o pluralismo político.
- (D) Ausência de monopólio na representação e governo neoliberal.
- (E) Um governo antissindical e representação fragmentada.

Legislação Aplicável ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí

21

Laura, auditora do TCE-PI, foi escalada para compor a equipe que executará auditoria governamental no âmbito das políticas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo como órgãos auditados as delegacias especializadas no atendimento à mulher do Estado.

Considerando que Laura foi vítima de violência doméstica por parte de seu ex-marido, com medida protetiva em vigor, e que a execução da auditoria lhe daria poder de fiscalizar e de influenciar a atividade administrativa dos agentes policiais que investigam seu caso, deverá a auditora, nos termos do Código de Ética dos Servidores do TCE-PI, declarar-se

- (A) suspeita, abstendo-se de atuar de qualquer forma no processo administrativo.
- (B) impedida, abstendo-se de atuar de qualquer forma no processo administrativo.
- (C) impedida, podendo atuar no processo administrativo, desde que supervisionada por seus pares.
- (D) suspeita, podendo atuar no processo administrativo, desde que supervisionada por seus pares.
- (E) suspeita, podendo atuar no processo administrativo, desde que não tenha contato direto com o jurisdicionado.

22

O TCE-PI, no exercício do controle externo da Administração Pública, tem competência para controlar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração direta e indireta e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

Em alguns casos, o TCE-PI julga diretamente as contas, e, em outros casos, apenas as aprecia, mediante parecer prévio, cabendo ao Poder Legislativo o seu julgamento.

Nesses termos, considere os seguintes órgãos e agentes públicos:

- I. Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.
- II. Presidente do Tribunal de Justiça.
- III. Presidente do TCE-PI.
- IV. Prefeito(a) de Teresina-PI.
- V. Governador(a) do Estado do Piauí.

Caberá ao TCE-PI julgar as contas apenas de

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II, III e IV.

23

O Município *Alfa*, jurisdicionado do TCE-PI, após processo licitatório, firmou contrato de fornecimento de produtos hospitalares para seu Hospital Municipal, permitindo a prestação do serviço público de saúde com regularidade.

Ato contínuo, o prefeito municipal nomeou sua filha, Carla, para exercer cargo administrativo, no qual teria, entre outras atribuições, a posição de fiscal do referido contrato.

Em sede de auditoria, o controle interno municipal identificou superfaturamento no contrato de fornecimento de produtos hospitalares e a prática de nepotismo, ante a nomeação de Carla para o cargo administrativo, tendo imediatamente comunicado à Corte de Contas.

Tendo tomado conhecimento dos fatos supramencionados, o TCE-PI assinou prazo para que o Município adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, o que não foi atendido.

Nos termos da Lei Orgânica do TCE-PI, com relação ao ato de nomeação de Carla e ao contrato de fornecimento de produtos hospitalares, com vistas a sanar as irregularidades apresentadas, a Corte de Contas deverá

- (A) sustar o ato de nomeação de Carla, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa e oficiar à Câmara Municipal acerca das irregularidades verificadas no contrato, determinando que delibere sobre a sustação de seus efeitos.
- (B) oficiar à Câmara Municipal acerca das irregularidades verificadas no ato de nomeação de Carla, sugerindo que delibere sobre a sustação de seus efeitos e sustar o contrato, comunicando a decisão à Câmara Municipal.
- (C) oficiar ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí acerca das irregularidades no ato de nomeação de Carla e comunicar à Assembleia Legislativa acerca das irregularidades verificadas no contrato.
- (D) oficiar ao Supremo Tribunal Federal acerca das irregularidades no ato de nomeação de Carla, ante a violação à Súmula Vinculante 13 e comunicar ao Congresso Nacional acerca das irregularidades verificadas no contrato.
- (E) sustar o ato de nomeação de Carla, comunicando a decisão à Câmara Municipal e oficiar à Câmara Municipal acerca de irregularidades verificadas no contrato, sugerindo que delibere sobre a sustação de seus efeitos.

24

Luciana, auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, obteve, no curso de auditoria governamental, informações sigilosas de órgão jurisdicionado da Corte de Contas, tomando a devida cautela no seu armazenamento e na restrição de acesso.

Visando robustecer ainda mais as evidências obtidas, Luciana realizou entrevistas de auditoria com outros órgãos jurisdicionados do TCE-PI e com representantes da sociedade civil, disponibilizando as informações sigilosas recebidas para fins de confronto e circularização.

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí, a conduta de Luciana de divulgar informações sigilosas obtidas no exercício das funções pode sujeitá-la à penalidade disciplinar de

- (A) demissão.
- (B) suspensão.
- (C) advertência.
- (D) destituição de função gratificada.
- (E) destituição de cargo em comissão.

25

No curso de auditoria governamental na Secretaria de Cultura do Município *Alfa*, jurisdicionado do TCE-PI, os auditores da Corte de Contas identificaram inconsistências na contratação de *shows* e eventos pela municipalidade, com valores muito além dos praticados pelo mercado e completamente dissonantes da realidade financeira e orçamentária do ente.

Ficou evidenciado que tal fato era de conhecimento não só do Prefeito e do Secretário de Cultura, mas também do controlador interno, Carlos, servidor exclusivamente comissionado.

Em sede de entrevista, foi evidenciado que o controlador não tomou qualquer medida sanatória e nem reportou a irregularidade ao TCE-PI por receio de ser exonerado *ad nutum*, uma vez que não titulariza cargo público efetivo, não gozando de estabilidade.

Nos termos do Regimento Interno do TCE-PI, a omissão no dever de informar à Corte de Contas as irregularidades apuradas no âmbito do controle interno, acarretará a Carlos sua

- (A) isenção de culpa.
- (B) responsabilização solidária.
- (C) responsabilização eventual, apenas no caso de reiteração da conduta omissiva.
- (D) responsabilização eventual, apenas no caso de as contas do prefeito serem julgadas regulares.
- (E) responsabilização subsidiária, apenas nos casos das contas do prefeito serem julgadas regulares com ressalvas.

26

A adoção da forma republicana de Estado acarreta o dever de *accountability*, impondo-se a responsabilidade de prestação de contas por aqueles que administram recursos públicos.

No processo de prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a Corte detém competência para emitir parecer prévio e julgar as contas de gestores de recursos públicos regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

Nos termos do regimento interno do TCE-PI, assinale a afirmativa correta acerca da natureza da decisão de julgamento de contas.

- (A) Preliminar, não sujeita a recurso.
- (B) Definitiva, sujeita a recurso de apelação no prazo de 30 dias.
- (C) Preliminar, sujeita a pedido de reexame no prazo de 30 dias.
- (D) Definitiva, sujeita a recurso de reconsideração no prazo de 30 dias.
- (E) Terminativa, sujeita a recurso ordinário constitucional perante o STJ, no prazo de 15 dias úteis.

27

No plano anual de controle externo dos exercícios de 2024/2025 do TCE-PI, estão previstas as realizações de fiscalizações pelas unidades técnicas da Secretaria de Controle Externo nas áreas de educação, gestão ambiental e segurança pública, visando

- I. examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
- II. avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e das entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais, quanto aos aspectos da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos praticados.
- III. conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, dos programas e das ações governamentais sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

Considerando as disposições do Regimento Interno, os instrumentos de fiscalização adequados a serem utilizados pelas unidades técnicas na execução do plano proposto pela Secretaria de Controle Externo do TCE-PI são, respectivamente,

- (A) inspeção, monitoramento e levantamento.
- (B) levantamento, monitoramento e inspeção.
- (C) auditoria, monitoramento e levantamento.
- (D) monitoramento, auditoria e acompanhamento.
- (E) auditoria, acompanhamento e levantamento.

28

Nos termos do regimento interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, sobre o parecer prévio emitido pela Corte, no âmbito das contas do chefe do Poder Executivo municipal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Estará sujeito a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, após emissão de parecer prévio pelo TCE-PI, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da totalidade dos membros do órgão judicial.
- (B) Estará sujeito a julgamento pela Câmara Municipal, após emissão de parecer prévio pelo TCE-PI, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da totalidade dos membros da Câmara Municipal.
- (C) Estará sujeito a julgamento pela Câmara Municipal, após emissão de parecer prévio pelo TCE-PI, que só deixará de prevalecer por decisão de três quintos da totalidade dos membros da Câmara Municipal.
- (D) Estará sujeito a julgamento pela Assembleia Legislativa, após emissão de parecer prévio pelo TCE-PI, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da totalidade dos membros da Assembleia Legislativa.
- (E) Estará sujeito a julgamento pelo TCE-PI, após emissão de parecer prévio pela Secretaria de Controle Externo do órgão, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da totalidade dos membros da Corte de Contas.

29

No curso de auditoria governamental para fiscalização da regularidade dos contratos de fornecimento de merendas escolares para a Escola Municipal *Alfa*, os auditores de controle externo do TCE-PI verificaram fortes indícios de superfaturamento dos contratos, oriundos de conduta dolosa de agentes públicos, sob a chefia do Secretário Municipal de Educação.

Percebendo que o avanço das investigações levaria inexoravelmente à descoberta de seu envolvimento nos danos causados ao erário, o secretário tomou providências para impedir a atuação da equipe de auditores, se negando a permitir sua entrada nas dependências da Secretaria, bem como negando o acesso às informações e aos documentos requisitados por ela.

Ante a frustração da execução da auditoria, a equipe de auditores reportou o fato ao corpo deliberativo da Corte de Contas, sugerindo a aplicação de medidas que garantam a continuidade dos trabalhos.

Ciente da situação, a Corte de Contas determinará,

- (A) cautelarmente, o julgamento das contas de Bruno irregulares, por deliberação do Conselheiro relator.
- (B) cautelarmente, o afastamento temporário de Bruno, por deliberação da maioria absoluta do colegiado competente.
- (C) definitivamente, o afastamento de Bruno, por deliberação da maioria relativa do colegiado competente, em voto secreto.
- (D) cautelarmente, o ressarcimento ao erário pelos danos decorrentes do superfaturamento dos contratos, ainda que não liquidados.
- (E) cautelarmente, a realização de monitoramento, com escolha da equipe de auditores pela polícia militar, visando garantir a continuidade da auditoria.

30

Rodrigo, servidor público efetivo do município de Teresina-PI, requereu sua aposentadoria perante o órgão de origem, tendo o ato de aposentadoria sido encaminhado ao TCE-PI para fins de apreciação de sua legalidade.

Seis anos após a chegada do processo à Corte de Contas, sua análise foi realizada por Márcio, auditor de controle externo, que verificou ainda serem necessários 7 meses de efetivo exercício das atividades para que Rodrigo alcançasse o período aquisitivo para sua aposentadoria.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, o auditor, em sede de instrução processual, deve

- (A) decidir pela remessa ao Poder Judiciário, visto que não cabe ao TCE-PI analisar a legalidade de atos de aposentadoria.
- (B) remeter à Assembleia Legislativa, visto que cabe ao Poder Legislativo o exercício do controle externo da administração, observado o contraditório.
- (C) remeter à Câmara Municipal, visto que cabe ao Poder Legislativo o exercício do controle externo da administração, observado o contraditório.
- (D) opinar pela ilegalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, ante a ausência de cumprimento do período aquisitivo, independentemente de contraditório.
- (E) opinar pela legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, ante o advento do lapso de 6 anos desde a chegada do processo à Corte de Contas, independentemente de contraditório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Financeira e Orçamentária

31

Com relação ao Anexo de Metas Fiscais, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao disposto no Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, e que deverá ser elaborado, de acordo com o Art. 1º, § 2º, da LRF, pelo Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo tanto o Poder Executivo quanto os Poderes Legislativo e Judiciário, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.
- II. O Demonstrativo das Metas Anuais deverá ser instruído com a memória e a metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores relativos a receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal, e montante da dívida pública.
- III. O Demonstrativo de Metas Anuais tem por objetivo, além de dar transparência sobre as metas fiscais, orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual, de forma a permitir o alcance das metas, conforme planejado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

32

Do Manual Técnico do Orçamento depreende-se as possíveis tipologias para classificação da despesa.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A classificação por Esfera Orçamentária é formada por funções e subfunções e procura explicitar as áreas em que as despesas são realizadas.
- (B) Em se tratando de despesa por Esfera Orçamentária, há apenas duas possíveis classificações: 10 – Orçamento Fiscal e 20 – Orçamento da Seguridade Social.
- (C) Na classificação por Esfera Orçamentária temos os dois primeiros dígitos para o Órgão Orçamentário e os três dígitos seguintes para a Unidade Orçamentária.
- (D) A classificação institucional engloba o orçamento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ou seja, o Orçamento de Investimento.
- (E) Em termos de Classificação Institucional, alguns fundos especiais podem figurar como um Órgão Orçamentário ou uma Unidade Orçamentária, sem corresponder, necessariamente, a uma estrutura administrativa.

33

O processo de elaboração das estimativas de Receitas Orçamentárias possui etapas que envolvem a revisão e a possibilidade de alteração nas estimativas realizadas, para as quais se requer uma justificativa, que **não** pode ser

- (A) pautada em uma argumentação de necessidade de gasto essencial.
- (B) baseada em alterações nas alíquotas ou valores de taxas, tarifas e/ou serviços.
- (C) baseada no fato de se tratar de uma receita nova, que não possui histórico de arrecadação, dificultando a modelagem no SIOF.
- (D) fundamentada em situações a partir das quais as receitas forem impactadas direta ou indiretamente por efeitos decorrentes de alterações legais ou contratuais.
- (E) sustentada a partir do fato de que se trata de uma receita atípica ou de baixa previsibilidade, de difícil modelagem no SIOF, como por exemplo as receitas oriundas de licitações, convênios, doações, inscrições, entre outras.

34

A Seção IV do Capítulo II da Lei de Responsabilidade Fiscal trata da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas no Orçamento Público.

Sobre este tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica.
- II. O Ministério da Fazenda é o órgão responsável para, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária e creditícia, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
- III. Uma vez estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso pelo Poder Executivo, é possível utilizar recursos legalmente vinculados à finalidade específica para atender ao objeto de sua vinculação, mesmo que seja em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

Relacione os procedimentos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) a seguir às respectivas afirmativas.

- 1. Orçamentário.
 - 2. Patrimonial.
 - 3. Fiscal.
- () Os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações, devem ser atendidos.
 - () Compreende a apuração e a evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF. Entre os objetivos de seus relatórios está o de analisar o equilíbrio das contas públicas.
 - () Os procedimentos contábeis visam melhorar a qualidade e a consistência das informações prestadas a toda a sociedade, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no processo de fiscalização da arrecadação das receitas e da execução das despesas.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 3 – 1.
- (C) 3 – 1 – 2.
- (D) 1 – 3 – 2.
- (E) 2 – 1 – 3.

36

Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Em consonância com o PPA, compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre outras atribuições, estabelecer as metas e prioridades da administração pública e orientar a elaboração dos orçamentos anuais.
- II. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) conferiu à LDO novas e importantes atribuições, além das constitucionalmente previstas, especialmente no tocante à fixação de metas fiscais.
- III. À luz do PPA e da LDO, cabe à Lei Orçamentária Anual (LOA) estimar receitas e fixar despesas, de modo a efetivamente autorizar a realização de gastos públicos em determinado exercício financeiro.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Com relação ao Orçamento-Programa, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Orçamento-Programa está ligado à ideia de planejamento. Assim, o orçamento deve considerar os objetivos que o governo pretende alcançar, durante um período determinado de tempo.
- () O Orçamento-Programa tem como característica marcante a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais.
- () No Orçamento-Programa as decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – F.

38

A CRFB/88 estabelece:

“Art. 167. São vedados: [...] IV. A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os Arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária [...]”

Com relação aos impostos e às vinculações, o princípio da Constituição Federal que o texto acima consagra é o

- (A) do Equilíbrio.
- (B) da Exclusividade.
- (C) da Uniformidade.
- (D) do Orçamento Bruto.
- (E) da Não-Afetação das Receitas.

Auditoria Governamental

39

A avaliação de política pública objetiva avaliar a utilidade dessa política. Ela analisa seus objetivos, sua implementação, seus produtos, resultados e impactos o mais sistematicamente possível, mede seu desempenho visando avaliar sua utilidade. Por isso, a avaliação está se tornando cada vez mais importante para o debate público, uma vez que líderes políticos precisam tomar decisões baseadas em evidências.

De acordo com a NBASP 9020, uma avaliação de política pública pode ser realizada em três momentos diferentes a saber:

- (A) antes, durante e depois.
- (B) antes, no início e no final.
- (C) no início, durante e depois.
- (D) no início, no meio e no final.
- (E) planejamento, execução e relatório.

40

A NBASP 100 - *Princípios Fundamentais de Auditoria no Setor Público* estabelece as diretrizes essenciais que regem as auditorias governamentais, orientando a conduta e a prática dos auditores no setor público. Essa norma define os princípios básicos de independência, competência, ética e ceticismo profissional, além de enfatizar a necessidade de uma auditoria transparente, objetiva e eficiente, visando promover a responsabilidade, a boa governança e a prestação de contas no uso dos recursos públicos.

Quanto à NBASP 100, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Em geral, a auditoria do setor público pode ser descrita como um processo sistemático de obter e avaliar objetivamente evidências para determinar se as informações ou as condições reais de um objeto estão de acordo com critérios aplicáveis.
- () Todas as auditorias do setor público contam com os mesmos elementos básicos: o auditor, os demonstrativos contábeis e os usuários previstos (as três partes da auditoria).
- () O objeto da auditoria refere-se à informação, condição ou atividade que é mensurada ou avaliada de acordo com certos critérios. Pode assumir várias formas e ter diferentes características, dependendo do objetivo da auditoria.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – V.

41

A auditoria no setor público é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo transparência, responsabilidade e boa governança. As auditorias ajudam a prevenir fraudes e desperdícios, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e garantindo que os recursos sejam utilizados de forma ética e eficaz para o bem coletivo.

Relacione os tipos principais de auditoria do setor público estabelecidos na *NBASP 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria no Setor Público*, às suas respectivas definições.

- I. Auditoria Financeira
- II. Auditoria Operacional
- III. Auditoria de Conformidade

- () Foca em determinar se um particular objeto está de acordo com normas identificadas como critérios. É realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- () Foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão atuando em conformidade com os princípios de economicidade, de eficiência e de efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.
- () Foca em determinar se a informação contábil de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) I – II – III.
- (B) III – II – I.
- (C) III – I – II.
- (D) I – III – II.
- (E) II – III – I.

42

A abordagem geral de auditoria é um elemento central de qualquer auditoria. Ela determina a natureza do exame que deve ser feito. Também define o conhecimento, a informação, os dados e os procedimentos de auditoria necessários para obtê-los e analisá-los.

A *auditoria operacional* geralmente segue abordagens orientadas a

- (A) sistemas, resultados e problemas.
- (B) programas, processos e resultados.
- (C) orçamento, resultados e operações.
- (D) operações, desempenho e problemas.
- (E) sistemas, procedimentos e orçamento.

43

O Auditor Governamental, ao seguir os requisitos gerais da NBASP 3000, realiza auditorias operacionais com integridade, independência e competência, garantindo a credibilidade e a qualidade do trabalho. Esses requisitos asseguram que o auditor aplique ceticismo profissional, obtenha evidências apropriadas e suficientes, e adote uma abordagem baseada em risco.

Quanto à NBASP 3000, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O auditor deve, como parte do planejamento e/ou da condução da auditoria, discutir os critérios de auditoria com a entidade auditada.
- () O auditor deve gerenciar ativamente o risco de auditoria para evitar o desenvolvimento de achados, conclusões e recomendações incorretos ou incompletos, fornecendo informações inconsistentes ou que não agregam valor.
- () O auditor deve planejar e manter uma comunicação eficaz e adequada dos aspectos-chave da auditoria com a entidade auditada e as partes interessadas durante todo o processo de auditoria.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

44

A NBASP 400 - Auditoria de Conformidade assegura que o auditor execute seu trabalho de maneira objetiva, garantindo a transparência e a integridade da gestão pública. Ao promover a conformidade, a NBASP 400 reforça a responsabilidade e a prestação de contas, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições governamentais.

Assinale a opção que indica o elemento que um Relatório de Auditoria de Conformidade deve incluir.

- (A) Local da auditoria.
- (B) Entidade revisora.
- (C) Programas avaliados.
- (D) Achados de auditoria.
- (E) Planejamento da auditoria.

45

De acordo com a NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira, o auditor governamental deve, como parte da identificação e da avaliação dos riscos de distorção relevante, considerar se essas distorções podem surgir devido a fraude e, assim, responder de forma apropriada a esses riscos.

Quanto às situações referentes à fraude, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraudes é da administração da entidade e dos responsáveis pela governança.
- II. O auditor é responsável por fornecer asseguração razoável sobre se as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.
- III. Distorções relevantes podem surgir apenas de fraude, tendo em vista que é muito importante o julgamento da intenção pelo auditor.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Controle Externo da Administração Pública

46

Adão, Conselheiro de Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime comum (homicídio).

A denúncia foi aceita pelo Superior Tribunal de Justiça e inaugurou o respectivo processo penal em que Adão figurou como réu.

Considerando a situação hipotética, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O processo deve ser encaminhado ao juízo de primeira instância, tendo em vista que o STJ somente pode processar e julgar os membros dos Tribunais de Contas por crimes relacionados ao exercício de suas funções.
- II. A prerrogativa de foro privilegiado fica afastada, exceto na hipótese de federalização das investigações, o que desloca a competência do julgamento para o STF.
- III. O crime cometido pelo Conselheiro, mesmo que não esteja relacionado às suas funções, deverá ser julgado pelo STJ com o objetivo de preservar a isenção (imparcialidade e independência) do órgão julgador.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

47

José, servidor efetivo de município jurisdicionado ao TCE-PI, praticou atos que violavam as normas financeiras, contábeis e orçamentárias aplicáveis, razão pela qual foi multado pela Corte de Contas Estadual, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os atos praticados por José não resultaram em prejuízo ao erário, pelo que a penalidade aplicada pode ser considerada uma multa simples.

Sobre a hipótese, a execução do crédito decorrente da multa aplicada compete

- (A) ao Estado do Piauí.
- (B) ao Tribunal de Contas.
- (C) ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- (D) à Câmara de Vereadores do respectivo Município.
- (E) ao Município a que José está vinculado funcionalmente.

48

Ao Ministério Público junto ao TCE-PI (MPC-PI) incumbe a função constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Sobre o MPC-PI, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O dispositivo de lei orgânica estadual, que dispensa a formação de lista triplíce para nomeação de Procurador-Geral de Contas do MPC-PI, é constitucional.
- II. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não dispõe de fisionomia institucional própria, não integrando o conceito de Ministério Público como ente despersonalizado de função essencial à Justiça.
- III. Ao MPC-PI compete a iniciativa legislativa para propor projetos de lei que tratem da criação e da extinção de seus cargos e serviços auxiliares, da política remuneratória de seus membros, seus planos de carreira e, especialmente, sobre sua organização e funcionamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

Em razão da prática de ato danoso ao erário, o TCE-PI aplicou multa e imputou débito a João, gestor de uma autarquia de município jurisdicionado àquela Corte de Contas.

A decisão do TCE-PI que resultou na imputação de débito a João tem natureza de

- (A) dívida ativa.
- (B) dívida tributária.
- (C) decisão jurisdicional.
- (D) título de crédito judicial.
- (E) título executivo extrajudicial.

50

José, Diretor-Presidente da Fundação de Educação do Município *Beta*, localizado no Estado *Alfa*, foi nomeado para esse cargo em janeiro de 2016, hipótese em que recebeu um montante significativo de recursos necessários à implementação de uma política pública voltada à melhoria da qualidade da educação.

Em agosto de 2022, José foi exonerado do cargo, ocasião em que o Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCE) iniciou uma auditoria para apurar a falta de aplicação dos recursos e a não realização da referida política pública.

Em setembro de 2024, o TCE julgou os fatos apontados no relatório de auditoria, aplicando a José as penalidades de multa e de inabilitação para o exercício de cargo em comissão na administração pública direta e indireta nos entes federativos do Estado *Alfa*.

Nessa hipótese, sobre a decisão do TCE que resultou na aplicação de penalidades, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não está sujeita ao controle jurisdicional.
- (B) Tem a prescrição interrompida com a publicação do ato de exoneração de João.
- (C) Decai em 10 anos, a contar da prática dos fatos apurados no relatório de auditoria.
- (D) É válida, pois a pretensão punitiva do TCE tem seu termo prescricional iniciado em agosto de 2022.
- (E) É nula, em razão do advento da prescrição da pretensão punitiva, cujo termo inicial se deu em janeiro de 2016.

51

Os Tribunais de Contas dos Estados são compostos por sete Conselheiros, dentre os quais, três são escolhidos pelo Poder Executivo (Governador do Estado) e os demais pelo Poder Legislativo (Assembleia Legislativa).

Sobre as regras constitucionais de escolha de Conselheiro do TCE pelo Governador do Estado *Alfa*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os critérios de antiguidade e merecimento não se aplicam na escolha do Conselheiro-Substituto para a vaga de Conselheiro Titular.
- II. A escolha de Procurador do Ministério Público de Contas para a vaga de Conselheiro do TCE prescinde de aprovação da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*.
- III. O Membro do Ministério Público de Contas deve contar com idade máxima de setenta anos para ocupar a vaga de Conselheiro do TCE.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

52

Avalie as seguintes situações:

- I. João é prefeito do Município *Beta* e ordenador de despesas da respectiva Secretaria de Saúde.
- II. José é Secretário de Educação do Município *Alfa*.
- III. Manoel é Presidente de uma autarquia do Município *Ômega*.

Todos os gestores elaboraram suas prestações de contas e as encaminharam ao órgão competente, não havendo quaisquer indícios de dano ou de irregularidades.

Sobre as contas anuais (ou de gestão) prestadas pelos referidos gestores, assinale a afirmativa correta.

- (A) As contas do Prefeito do Município *Beta* serão julgadas pelo Tribunal de Contas.
- (B) As contas da Secretaria de Saúde do Município *Beta* serão julgadas pelo Tribunal de Contas.
- (C) As contas da Autarquia do Município *Ômega* serão julgadas pelo Ministério Público de Contas.
- (D) As contas da Secretaria de Saúde do Município *Beta* serão julgadas pela respectiva Câmara Municipal.
- (E) As contas da Secretaria de Educação do Município *Alfa* são de responsabilidade da respectiva Auditoria Interna.

53

Ismar Viana destaca que é necessário “...afastar das atividades de controle o agente a quem é atribuído o mister de executar outras funções, tendo em vista que, no regular exercício da função de controle, quem controla não deve executar, quem executa não deve controlar.” (2019, p.12)

O princípio da atividade de controle da Administração Pública a que se refere o autor é o

- (A) da probidade.
- (B) da objetividade.
- (C) da impessoalidade.
- (D) da segregação de funções.
- (E) do ceticismo profissional.

54

Sobre a organização, os papéis e as funções constitucionais e jurisprudenciais atribuídas aos Tribunais de Contas, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Na ausência do Ministério Público Especial, de atuação específica no Tribunal de Contas Estadual, é constitucional o dispositivo da Lei Orgânica dessa Corte que possibilita a atuação de promotores de justiça para suprirem a inexistência de procuradores de contas.
- II. Tendo em vista o princípio da simetria, que orienta a organização e a estruturação dos Tribunais de Contas, é constitucional a atribuição às Cortes de Contas estaduais de competência para homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios.
- III. É possível a aprovação de Emenda à Constituição estadual, de iniciativa parlamentar, que tenha por finalidade a extinção de Tribunal de Contas responsável pela fiscalização dos Municípios.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

55

João é contador de uma sociedade empresária que comercializa roupas masculinas em um *shopping* localizado no Município *Beta*, no Estado do Piauí.

Em razão de um pequeno acidente, João precisou ser atendido na emergência de um Hospital da rede pública do Município *Beta*. No entanto, após aguardar por atendimento por mais de 3 horas, foi informado pela equipe do Hospital de que não havia médicos disponíveis para atendê-lo, pelo que deveria retornar na manhã do dia seguinte.

Revoltado, João quebrou um aparelho de diagnóstico e os computadores do laboratório do hospital, causando um prejuízo de R\$ 150 mil.

Considerando os fatos narrados e a jurisdição e competências constitucionais e regimentais do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é correto afirmar que João

- (A) não pode ser julgado pelo TCE-PI.
- (B) fica sujeito apenas à aplicação de multa pelo TCE-PI.
- (C) pode ser sujeito de tomada de contas especial, a ser submetida a julgamento do TCE-PI.
- (D) fica sujeito à responsabilização administrativa, que somente poderá ser apurada pelo Poder Judiciário.
- (E) não pode ser obrigado a ressarcir os prejuízos causados, tendo em vista que a falha na prestação dos serviços justifica sua conduta.

Noções de Direito Administrativo

56

Os Tribunais de Contas são órgãos independentes, de envergadura constitucional, responsáveis pelo controle externo da Administração Pública, ostentando competências próprias e privativas.

As decisões proferidas pelas Cortes de Contas têm capacidade de impactar diretamente a esfera jurídica dos órgãos jurisdicionados, definindo deveres e responsabilidades.

Nesse contexto, considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, no âmbito de sua atuação, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí

- (A) ao decidir, poderá se basear em valores jurídicos abstratos, mesmo sem considerar as consequências práticas da decisão, desde que o faça de forma motivada.
- (B) ao motivar seus atos, demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- (C) ao interpretar normas sobre gestão pública, deverá considerar os obstáculos, as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, mesmo que com eventual prejuízo dos direitos dos administrados.
- (D) ao decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, deverá indicar de modo expresso suas consequências administrativas, mas não as jurídicas, em razão do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (E) ao estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, dará a ela aplicabilidade imediata, se abstendo, em qualquer caso, de estabelecer regime de transição, aplicável apenas à esfera judicial.

57

João, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, no exercício de suas funções, analisou de forma errônea o pedido de concessão de aposentadoria formulado por Ana, servidora pública de órgão jurisdicionado. Esse fato resultou no indeferimento do pedido de aposentadoria por parte do corpo deliberativo da Corte de Contas, com consequente retorno da servidora ao exercício das funções, mesmo já tendo cumprido integralmente o período aquisitivo.

Sentindo-se prejudicada pelo indeferimento do pleito, Ana ajuizou demanda judicial diretamente contra João, pleiteando reparação pelos danos morais e materiais sofridos, em razão da análise errônea realizada pelo auditor.

Nesse contexto, em sede de responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) João poderá ser demandado diretamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (B) João poderá ser demandado diretamente, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- (C) João não poderá ser demandado diretamente, mas apenas em regresso, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (D) João não poderá ser demandado diretamente, mas apenas em regresso, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- (E) João poderá ser demandado concomitantemente com o órgão público ao qual pertence, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.

58

Considere os atores do Estado do Piauí listados a seguir.

- I. Fundação Pública Estadual de direito privado *Alfa*.
- II. Ministério Público do Estado do Piauí.
- III. Empresa Pública Federal *Beta*, sediada em Teresina/PI.
- IV. João, Secretário de Estado do Piauí, ordenador de despesas.
- V. Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí.

Acerca da competência das Cortes de Contas, os atores que estão sujeitos ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí são

- (A) III e IV, apenas.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e V, apenas.

59

O Município de Teresina-PI, atento à realidade nacional, pretende implementar, no exercício de 2025, política pública de busca de pessoas desaparecidas.

Um dos programas dessa política refere-se ao desenvolvimento de um sistema de alertas, que permite a comunicação, em tempo real, do desaparecimento de crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis.

Visando concretizar e dar eficácia ao programa, a municipalidade pretende firmar parcerias com organizações da sociedade civil, permitindo uma melhor interface entre o poder público e a população.

Essa parceria terá por escopo a divulgação de informações, fotos e características da pessoa desaparecida pelas organizações, por meio de uma central informática, implementada com recursos oriundos de transferências financeiras realizadas pelo Município de Teresina.

Considerando a Lei nº 13.019/2014, o instrumento jurídico adequado a ser firmado pelo Município de Teresina com as Organizações da Sociedade Civil é o

- (A) Termo de Colaboração.
- (B) Termo de Fomento.
- (C) Termo de Pactuação.
- (D) Acordo de Finanças.
- (E) Acordo de Divulgação.

60

O Governo do Estado do Piauí pretende realizar, no exercício financeiro de 2025, tratativas para adquirir, entre outros, os bens e serviços listados a seguir.

- I. Aquisição de *software* inovador de inteligência artificial com funcionalidades adaptadas, específica e individualmente, para cada tipo de trabalho executado por suas Secretarias de Estado, a serem definidas e identificados durante o processo licitatório.
- II. Registro formal de preços de *notebooks* de última geração a serem licitados quando da implementação do *software* de inteligência artificial.
- III. Chamamento público de profissionais interessados na prestação de serviço de TI e manutenção de equipamentos informáticos, em regime de contratação simultânea e padronizada.

No que tange à Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), os instrumentos jurídicos a serem adotados pela administração do Estado do Piauí para a aquisição dos bens e serviços supramencionados (segundo a ordem apresentada) são, respectivamente,

- (A) concurso, pregão e diálogo competitivo.
- (B) pré-qualificação, credenciamento e diálogo competitivo.
- (C) diálogo competitivo, sistema de registro de preços e pregão.
- (D) credenciamento, diálogo competitivo e sistema de registro de preços.
- (E) diálogo competitivo, sistema de registro de preços e credenciamento.

Noções de Direito Constitucional

61

O Estado *Beta* editou a Lei estadual nº Y, instituindo o programa estadual de crescimento econômico, que tem como um dos pilares o diferimento do recolhimento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS).

Esse diferimento seria fruído pelas sociedades empresárias que se instalassem na região do Estado que apresentasse menor índice de desenvolvimento humano.

Diversos municípios do Estado *Beta* argumentaram com a inconstitucionalidade da Lei estadual nº Y, pois esse diploma normativo impactara negativamente as suas receitas.

Sobre a hipótese narrada, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A arrecadação do ICMS, pelo Estado *Beta*, não apresenta qualquer correlação com o aumento ou a redução da arrecadação dos municípios situados em seu território.
- (B) Não há afronta ao sistema de repartição de receitas tributárias, desde que o repasse da parcela pertencente aos municípios seja realizado quando do recolhimento do ICMS.
- (C) Caso haja o depósito prévio, no Fundo de Participação dos Municípios, do valor a que fazem jus os municípios atingidos, o diferimento do recolhimento do ICMS será considerado lícito.
- (D) O diferimento do recolhimento do ICMS não afeta o sistema de repartição de receitas tributárias, desde que o repasse da parcela pertencente aos Municípios seja realizado quando da prática do fato gerador do imposto.
- (E) O diferimento do recolhimento do ICMS somente será considerado lícito se forem adotadas medidas de compensação por *Beta*, considerando outros impostos cuja arrecadação deva ser repartida com os municípios.

62

O Art. 92-B, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional nº 132/2023, tem a seguinte redação:

Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do Estado do Amazonas na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado.

A interpretação desse comando normativo permite concluir que se está perante norma de

- (A) eficácia contida.
- (B) aplicabilidade imediata.
- (C) aplicabilidade direta, mas não integral.
- (D) eficácia limitada e de princípio institutivo.
- (E) eficácia limitada e de princípio programático.

63

Após ampla mobilização popular, o Município *Alfa* editou a Lei municipal nº X, dispondo que os jovens de até vinte e um anos de idade teriam direito a concessão de desconto de 50% sobre o preço do ingresso cobrado por casas de diversões situadas em seu território.

Esse diploma normativo foi muito festejado no ambiente social, pois nem a legislação do Estado em cujo território *Alfa* está situado nem a legislação da União contêm preceito similar. Apesar disso, a associação dos empresários do setor, os quais teriam seus lucros reduzidos, criticou duramente a Lei municipal nº X, tendo solicitado que um especialista analisasse a sua conformidade constitucional, mais especificamente se *Alfa* poderia legislar sobre a matéria.

Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto dado à associação.

- (A) Compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo, logo, a Lei municipal nº X é inconstitucional nesse aspecto.
- (B) O Município *Alfa* somente tem competência para legislar sobre a matéria se houver lei complementar federal autorizativa.
- (C) Todos os entes federativos possuem competência legislativa comum para legislar sobre lazer, logo, a Lei municipal nº X é constitucional nesse aspecto.
- (D) Se trata de típico interesse local, logo, *Alfa* tem competência privativa para legislar sobre a matéria, o que torna a Lei municipal nº X constitucional nesse aspecto.
- (E) O Município *Alfa* pode suplementar a legislação federal e estadual em matéria de direito econômico, logo, a Lei municipal nº X é constitucional nesse aspecto.

64

Ana, servidora pública estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, preencheu os requisitos para a aposentadoria compulsória, o que redundou na expedição do ato de aposentadoria, com a correlata fixação dos seus proventos pela autoridade máxima da estrutura de poder a que estava vinculada. Esse ato foi expedido no dia 10 de setembro de 2018, mas até a presente data ainda não foi analisado pelo Tribunal de Contas.

Sobre a hipótese apresentada, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pela natureza do ato de aposentação, não é necessário o seu registro no Tribunal de Contas.
- (B) Em razão do tempo decorrido desde a expedição do ato, a aposentadoria de Maria tornou-se irreversível.
- (C) O Tribunal de Contas pode analisar a qualquer tempo a legalidade do ato inicial de aposentadoria, não se exigindo a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (D) Em razão do tempo decorrido, eventual negativa de registro, pelo Tribunal de Contas, deve ser antecedida da observância das garantias do contraditório e da ampla defesa.
- (E) É possível que o ato seja considerado registrado em razão do decurso do tempo, mas o termo inicial da contagem é o ingresso do processo administrativo no Tribunal de Contas.

65

A Lei estadual nº X instituiu a Taxa de Serviços Diversos (TSD), dispondo que o seu fato gerador decorreria do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

Logo após a edição da Lei estadual nº X e a realização dos primeiros lançamentos tributários, diversos contribuintes insurgiram-se contra a cobrança desse tributo, argumentando com a sua inconstitucionalidade.

Sobre a TSD, considerando a sistemática constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional, pois somente a União poderia instituir tributo dessa natureza.
- (B) É inconstitucional, por não definir a atuação estatal que seria o fato gerador do tributo.
- (C) É constitucional, considerando que a descrição do fato gerador se ajusta ao permissivo constitucional.
- (D) É inconstitucional, pois tributo dessa natureza deveria ser criado por meio de lei complementar estadual.
- (E) É constitucional, pois cabe ao regulamento detalhar o fato gerador do tributo, a partir da enunciação geral da lei.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Atuária

66

O termo *rotatividade* refere-se à saída de participantes ativos de um plano, enquanto as “entradas gerações futuras” dizem respeito ao ingresso de novos participantes, geralmente mais jovens, que contribuirão ao longo do tempo e poderão, eventualmente, se desligar antes de receberem benefícios. Ambos os fatores têm impacto no equilíbrio atuarial dos planos previdenciários.

Considerando todas as particularidades dos regimes próprios financiados pelo regime de capitalização, é sempre correto afirmar que

- (A) as gerações futuras provocam aumento de déficit atuarial.
- (B) as gerações futuras provocam redução de superávit atuarial.
- (C) a rotatividade provoca aumento de déficit atuarial.
- (D) a rotatividade provoca redução de superávit atuarial.
- (E) as gerações futuras combinadas com a rotatividade provocam variação do resultado atuarial.

67

Um segurado com 55 anos de idade pretende receber uma renda vitalícia após os 60 anos de idade. A renda anual postecipada desejada é de R\$ 100.000.

Idade	q_x	p_x	l_x	D_x	N_x	M_x
55	0,002449	0,997551	96.727,44	19.032,78	392.941,47	7.072,81
56	0,002691	0,997309	96.467,14	18.428,70	373.908,68	7.026,19
57	0,002957	0,997043	96.181,89	17.839,04	355.479,98	6.976,59
58	0,003250	0,996750	95.869,32	17.263,17	337.640,94	6.923,85
59	0,003572	0,996428	95.526,85	16.700,49	320.377,76	6.867,74
60	0,003927	0,996073	95.151,75	16.150,40	303.677,27	6.808,09
61	0,004317	0,995683	94.740,98	15.612,31	287.526,87	6.744,67

Assinale a opção que indica o valor aproximado (R\$) do prêmio à vista calculado com base nas comutações atuariais fornecidas.

- (A) R\$ 35.437
- (B) R\$ 35.770
- (C) R\$ 117.847
- (D) R\$ 1.510.693
- (E) R\$ 1.595.549

68

Na construção de uma tábua biométrica de serviço sujeita aos decrementos de invalidez e morte, de válidos e inválidos, utilizou-se o Método de Hamza com $q_x^{ai} = i_x \cdot \frac{q_x}{2}$, a fim de se determinar o número de segurados inválidos para o cálculo de uma renda.

Segundo a notação atuarial, se $l_x^{aa} = l_x^{ii} + l_x^{ii}$ e $l_0 = 0$, então

podemos definir l_{x+1}^{ii} como:

- (A) $l_x^{aa} \cdot i_x \cdot \left(1 - \frac{q_x}{2}\right) + l_x^{ii} \cdot p_x$
- (B) $l_x^{aa} \cdot i_x \cdot (1 - q_x) + l_x^{ii} \cdot p_x$
- (C) $l_x^{ii} \cdot i_x \cdot \left(1 - \frac{q_x}{2}\right) + l_x^{ii} \cdot p_x$
- (D) $l_x^{ii} \cdot i_x \cdot (1 - q_x) + l_x^{ii} \cdot p_x$
- (E) $l_x^{aa} - l_x$

69

Os custos atuariais são fundamentais para manter o equilíbrio do plano. O custo normal financia os benefícios futuros, enquanto que o custo suplementar cobre déficits atuariais. Sabe-se que um Regime Próprio possui ativos de R\$ 2 bilhões, que o valor atual dos benefícios futuros (encargos atuariais) é de R\$ 10 bilhões e que a folha salarial atuarial futura é de R\$ 32 bilhões.

O custo normal (%) calculado pelo método de financiamento agregado corresponde a

- (A) 6,25.
- (B) 20,00.
- (C) 25,00.
- (D) 31,25.
- (E) 33,33.

70

A premissa ou hipótese atuarial que aborda a perda de poder de compra ao longo do ano, resultante da diferença entre a periodicidade anual (maior) do reajuste dos benefícios e a periodicidade mensal (menor) dos seus pagamentos é

- (A) a compensação previdenciária.
- (B) o fator de capacidade.
- (C) a geração futura.
- (D) a reposição.
- (E) a rotatividade.

71

No parecer de uma avaliação atuarial, um Atuário afirma que “...o déficit decorre de fatores decorrentes de oscilações econômicas e flutuações momentâneas nos retornos dos ativos, mas não reflete um desequilíbrio no modelo atuarial ou nas premissas do plano. Com a normalização das condições de mercado e a recuperação dos investimentos, espera-se que o plano retorne ao equilíbrio...”

Nesse caso, a melhor definição para a situação do resultado do plano é de

- (A) desequilíbrio atuarial conjuntural.
- (B) desequilíbrio atuarial estrutural.
- (C) desequilíbrio atuarial financeiro.
- (D) equilíbrio atuarial.
- (E) especulação financeira.

72

Segundo o regulamento de um plano de previdência complementar, o benefício de renda será calculado pelo maior valor entre o salário-mínimo vigente e a média dos 80% maiores salários do participante dos últimos 60 meses, atualizados pelo índice de inflação do plano.

Esse tipo regra caracteriza um plano atuarial na modalidade de

- (A) contribuição definida.
- (B) contribuição variável.
- (C) benefício definido.
- (D) benefício variável.
- (E) contribuição e benefício variáveis.

73

Um plano de regime próprio adota o regime financeiro de capitalização para os benefícios concedidos e também para as aposentadorias programadas a conceder e sua continuidade ao cônjuge/companheiro/filhos em forma de pensão.

Para os demais benefícios, ele adota o regime de repartição de capitais de cobertura.

Benefícios a Conceder	140
Aposentadoria Programada	100
Pensão revertida de Aposentadoria Programada	10
Aposentadoria por Invalidez	8
Pensão revertida de aposentadoria por Invalidez	2
Pensão por Morte de Ativo	20

Benefícios a Concedidos	205
Aposentadoria Programada	120
Pensão revertida de Aposentadoria Programada	30
Aposentadoria por Invalidez	20
Pensão revertida de aposentadoria por Invalidez	15
Pensão por Morte de Ativo	20

O valor total das provisões matemáticas, com base nos valores presentes atuariais (R\$ milhões) acima e desconsiderando-se as contribuições, é

- (A) 140.
- (B) 205.
- (C) 305.
- (D) 315.
- (E) 345.

74

Um regime próprio de previdência possui um plano previdenciário com ativo real líquido de R\$ 700 milhões e os seguintes valores em termos de valor presente atuarial (em milhões de reais).

Provisões para Benefícios Concedidos	525
Aposentadorias e Pensões	585
Contribuições do Ente	40
Contribuições do Aposentado	17
Contribuições do Pensionista	3
Provisões para Benefícios a Conceder	175
Aposentadorias e Pensões	262
Contribuições do Ente	58
Contribuições do Servidor	29

Com base nesses dados e adotando o regime de capitalização, o resultado atuarial é

- (A) déficit de R\$ 127 milhões.
- (B) déficit de R\$ 147 milhões.
- (C) déficit de R\$ 175 milhões.
- (D) superávit de R\$ 700 milhões.
- (E) zero.

75

Analise a tabela a seguir.

Plano de amortização do déficit atuarial:		
Ano	Alíquota mensal (%)	Aporte anual (R\$)
2024	35,00	0,00
2025	35,00	0,00
2026	35,00	0,00
2027	35,00	0,00
2028	35,00	0,00

Essa tabela representa uma seção importante do seguinte documento oficial, publicado por um regime próprio de previdência social no ano de 2024:

- (A) auditoria atuarial.
- (B) demonstrativo de resultados da avaliação atuarial.
- (C) fluxo de caixa atuarial.
- (D) nota técnica atuarial.
- (E) teste de aderência estatística.

Estatística

76

Um bom estimador de um parâmetro θ deve

- (A) ser não tendencioso e ter variância grande.
- (B) ser tendencioso e ter variância pequena.
- (C) ser não tendencioso e ter variância pequena.
- (D) ser tendencioso e ter variância grande.
- (E) ter tendência pequena, compensada por variância razoavelmente grande.

77

A tabela a seguir exhibe a quantidade mensal de sinistros registrados por uma seguradora num determinado ano.

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
87	65	76	81	58	80
Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
98	64	59	76	71	80

A mediana do número mensal de sinistros nesse ano foi

- (A) 74.
- (B) 76.
- (C) 78.
- (D) 80.
- (E) 89.

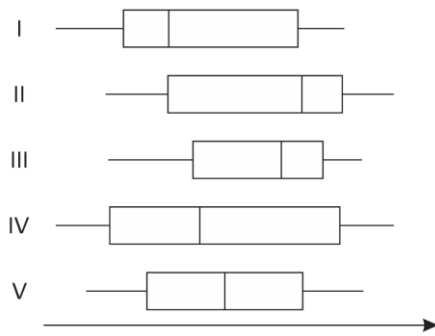
78

A média das idades de um grupo de 11 pessoas é igual a 38,4. Se a esse grupo se junta uma pessoa que tem 54 anos de idade, a média das idades desse novo grupo é então igual a

- (A) 38,7.
- (B) 39,1.
- (C) 39,5.
- (D) 39,7.
- (E) 40,1.

79

A figura a seguir mostra os *box-plots* de cinco diferentes amostras:



A amostra com maior mediana e a amostra com menor intervalo interquartil são, respectivamente,

- (A) a II e a III.
- (B) a III e a V.
- (C) a IV e a V.
- (D) a I e a III.
- (E) a II e a IV.

80

Numa determinada população, 40% das famílias moram em locais sem acesso a saneamento básico. Se quatro famílias dessa população forem sorteadas ao acaso, sem reposição, a probabilidade de que duas morem em locais sem saneamento básico é, aproximadamente, igual a

- (A) 0,25.
- (B) 0,30.
- (C) 0,35.
- (D) 0,40.
- (E) 0,45.

81

Uma variável aleatória discreta X tem a seguinte função de probabilidade:

x	0	2	4	6
p(x)	0,2	0,3	0,3	0,2

A variância de X é então igual a

- (A) 3,4.
- (B) 3,6.
- (C) 3,8.
- (D) 4,0.
- (E) 4,2.

82

Suponha que uma amostra aleatória simples de tamanho n de uma distribuição normal com média μ e variância σ^2 será obtida. Sejam \bar{x} e s a média amostral e o desvio padrão amostral usuais. Se z denota o 97,5% percentil da distribuição normal padrão, então o intervalo de 95% de confiança usual para μ será dado por

- (A) $(\bar{x} - \sqrt{n} zs/2; \bar{x} + \sqrt{n} zs/2)$.
- (B) $(\bar{x} - 2zs/\sqrt{n}; \bar{x} + 2zs/\sqrt{n})$.
- (C) $(\bar{x} - z/s\sqrt{n}; \bar{x} + z/s\sqrt{n})$.
- (D) $(\bar{x} - zs/\sqrt{n}; \bar{x} + zs/\sqrt{n})$.
- (E) $(\bar{x} - zs; \bar{x} + zs)$.

Direito Previdenciário

83

Gustavo é servidor público no Estado do Piauí, titular de cargo efetivo.

Em 2024, Gustavo sofreu um grave acidente de automóvel e teve comprometimento parcial de sua capacidade mental. A perícia confirmou que Gustavo não pode mais realizar as atividades que exercia, mas poderia fazer outras atividades mais simples e de menor complexidade, úteis ao serviço público.

Sobre a hipótese, considerando a Emenda Constitucional estadual nº 54/2019, assinale a afirmativa correta.

- (A) Gustavo deverá ser aposentado por incapacidade permanente.
- (B) Gustavo será readaptado e receberá a remuneração do novo cargo que vier a ocupar.
- (C) Não será possível a readaptação, porque isso somente é possível quando a limitação for da capacidade física.
- (D) Gustavo poderá ser readaptado para cargo de menor complexidade, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (E) Gustavo decidirá se aceita ou não a readaptação, e caso aceite a remuneração será a média física entre aquela do cargo de origem e o novo cargo.

84

Pedro é empregado em uma sociedade empresária localizada em Teresina/PI desde 2021. No contracheque de Pedro há diversas parcelas especificando o que ele recebe.

De acordo com a norma de regência, assinale a opção que contempla dois direitos recebidos por Pedro sobre os quais **não** haverá incidência de contribuição previdenciária.

- (A) Diárias para viagem e 13º salário.
- (B) Cessão de direitos autorais e vale-cultura.
- (C) Férias indenizadas e remuneração auferida.
- (D) Gorjetas e vale-transporte, na forma da legislação.
- (E) Participação nos lucros da empresa e adiantamento decorrentes de reajuste salarial.

85

Uma sociedade empresária localizada em Parnaíba/PI deixou de pagar por alguns meses a contribuição previdenciária de 2024 por falta de recurso financeiro.

Ela foi então informada de que o Governo Federal havia lançado um programa permitindo a quitação da dívida com exclusão das penalidades. A sociedade empresária aderiu ao programa porque viu nele uma boa oportunidade de quitar sua obrigação.

Assinale a opção que indica o fenômeno ocorrido.

- (A) Anistia.
- (B) Remição.
- (C) Remissão.
- (D) Imunidade.
- (E) Dação em pagamento.

86

Ana recebe aposentadoria especial do INSS porque atuava em condições prejudiciais à saúde, o que lhe permitiu se aposentar tão logo completou 20 anos de contribuição.

Já na condição de aposentada, Ana estudou com afinco e disciplina, obtendo aprovação no concurso do TCE-PI, em 2024. A respeito das contribuições que Ana fez para o INSS, especificamente na contagem recíproca para fins de aposentadoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) É direito de Ana averbar metade do tempo de contribuição feito ao RGPS.
- (B) Ana não poderá averbar no serviço público o tempo de contribuição feito ao RGPS.
- (C) Ana poderá averbar no serviço público o tempo integral de contribuição feito ao RGPS.
- (D) Ana poderá averbar o tempo de recolhimento feito ao RGPS desde que se disponha a pagar o pedágio.
- (E) Ana não só averbará o tempo de recolhimento feito ao RGPS, como poderá fazê-lo com o tempo convertido.

87

Verônica, contratada há dois meses por uma sociedade empresária localizada em Uruçuí/PI, está empolgada por ser o seu primeiro emprego e satisfeita porque terá cobertura previdenciária para diversas situações. Verônica recebe um salário mínimo, mas vê reais perspectivas de crescimento profissional e salarial na sociedade empresária.

Dos benefícios previdenciários listados a seguir, assinale aquele que, por exigir carência, **não** será concedido de imediato a Verônica.

- (A) Salário-família.
- (B) Auxílio-acidente.
- (C) Auxílio-reclusão.
- (D) Salário-maternidade.
- (E) Auxílio por incapacidade temporária acidentário.

88

Havendo insuficiências financeiras no Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí, indique, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 39/2004, quem será responsável pela cobertura da diferença.

- (A) Os servidores públicos ativos do Estado do Piauí.
- (B) O Estado do Piauí, seus servidores públicos ativos e inativos.
- (C) O Estado do Piauí, por meio dos respectivos poderes e órgãos autônomos.
- (D) Os servidores públicos ativos e inativos do Estado do Piauí, em partes iguais.
- (E) O Estado do Piauí e seus servidores públicos inativos, em partes iguais.

89

Godofredo está radiante porque foi aprovado no concurso público para o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em 2024. Agora Godofredo prepara-se para tomar posse e cumprir esmeradamente as suas atividades no serviço público.

De acordo com a Lei de Regência, assinale a opção que indica a contribuição mensal de Godofredo para o plano de custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Estado do Piauí.

- (A) 10%.
- (B) 12%.
- (C) 11%.
- (D) 14%.
- (E) 13%.

90

Jorge e Eliana são casados há 22 anos e residem em Picos/PI. Ambos são servidores públicos estaduais, sendo que Eliana exerce suas funções junto ao TCE-PI e Jorge é professor, e sempre exerceu o magistério no ensino médio de uma escola estadual.

Considerando a Emenda Constitucional estadual nº 54/2019, assinale a opção que contempla com que idade, no mínimo, o casal poderá requerer a aposentadoria voluntária, imaginando que ambos tenham cumprido os demais requisitos legais.

- (A) Ambos com 62 anos de idade.
- (B) Ambos com 65 anos de idade.
- (C) Eliana com 62 anos de idade e Jorge com 60 anos de idade.
- (D) Eliana com 65 anos de idade e Jorge com 70 anos de idade
- (E) Jorge com 65 anos de idade e Eliana com 62 anos de idade.

Noções de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

91

Ao comparar o risco do trabalho e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguarção razoável e no trabalho de asseguarção limitada, de acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção, é correto afirmar que

- (A) no trabalho de asseguarção razoável, o risco do trabalho é maior, enquanto a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- (B) no trabalho de asseguarção limitada, o risco do trabalho é menor, e a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- (C) no trabalho de asseguarção limitada, o risco do trabalho é maior, enquanto a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- (D) o risco do trabalho é igual, no entanto, no trabalho de asseguarção razoável, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.
- (E) o risco do trabalho é igual, no entanto, no trabalho de asseguarção limitada, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.

92

Em relação à seleção das bases de mensuração de ativos e passivos, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, considere os itens a seguir.

- I. O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais.
- II. A capacidade operacional, que representa a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros.
- III. A capacidade financeira, que representa a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público, ao fornecer a informação que possibilita aos usuários avaliarem o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

93

Em 31/12/2024, uma repartição pública apresentava, em seu Balanço Patrimonial, equipamentos de informática avaliados por R\$ 20.000. Esses equipamentos eram utilizados pelos funcionários em suas atividades diárias.

Os funcionários receberam férias coletivas no mês de janeiro. Então, em 01/01/2025, a repartição vendeu os equipamentos à vista por R\$ 23.000, com o intuito de adquirir itens mais modernos em fevereiro.

Assinale a opção que indica o impacto da venda dos equipamentos de informática na Demonstração dos Fluxos de Caixa da repartição, em janeiro de 2025.

- (A) Geração de R\$ 3.000 pela atividade operacional.
- (B) Geração de R\$ 3.000 pela atividade de investimento.
- (C) Geração de R\$ 23.000 pela atividade operacional.
- (D) Geração de R\$ 23.000 pela atividade de investimento.
- (E) Geração de R\$ 23.000 pela atividade de financiamento

94

Na elaboração do Quadro das Contas de Compensação, que compõe o Balanço Patrimonial, assinale a opção que indica, respectivamente, atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.

- (A) Garantias concedidas e garantias recebidas
- (B) Direitos contratuais e obrigações contratuais
- (C) Ativos contingentes e provisão para contingências
- (D) Reservas para contingências e garantias recebidas
- (E) Reservas para contingências e passivos contingentes

95

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, acompanharão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, demonstrativos relativos a resultados

- (A) fixos e variáveis.
- (B) correntes e de capital.
- (C) contábeis e econômicos.
- (D) nominais e primários.
- (E) financeiros e patrimoniais.

96

Em dezembro de 2024, um hospital do setor público planejou realizar uma reestruturação, de modo a oferecer, em 2025, novos serviços de atendimento ao público. A reorganização dos setores tem efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

O hospital tem um plano formal para a reestruturação e criou uma expectativa válida na população afetada, ao anunciar as suas principais características.

Em dezembro foram gastos R\$ 8.000 em marketing, R\$ 12.000 em novo treinamento de funcionários, e R\$ 15.000 em novos sistemas e redes de distribuição.

Dos gastos, o seguinte montante deve ser incluído na provisão de reestruturação:

- (A) zero.
- (B) R\$ 15.000.
- (C) R\$ 20.000.
- (D) R\$ 27.000.
- (E) R\$ 35.000.

97

Em uma entidade do setor público, o Regime Orçamentário reconhece as despesas orçamentárias no exercício financeiro

- (A) da emissão do empenho.
- (B) da arrecadação da receita.
- (C) da ocorrência da liquidação.
- (D) da realização do pagamento.
- (E) do acontecimento do fato gerador.

98

Em relação ao orçamento final, considere as informações a seguir.

- I. Reservas e transferências.
- II. Alocações e créditos adicionais.
- III. Estimativas e projeções divulgadas para os períodos seguintes.

De acordo com a NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, o orçamento final é o orçamento original ajustado pelo que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

99

Uma escola do setor público, por política administrativa, costuma manter estoque de folha de papel para seis meses em seu almoxarifado.

Em dezembro de 2024, uma tubulação estourou e molhou todo o estoque de folhas, que estava avaliado por R\$10.000. O valor era considerado material pela escola.

De acordo com os termos apresentados no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, a baixa no valor, em dezembro, representa um(a)

- (A) custo.
- (B) gasto.
- (C) perda.
- (D) despesa.
- (E) desembolso.

100

Entre os atributos da informação de custos está a especificidade. De acordo com este atributo, as informações de custos devem ser elaboradas de acordo com

- (A) a relação custo/benefício.
- (B) o momento adequado à tomada de decisão.
- (C) a evidenciação do uso dos recursos públicos.
- (D) o nível de detalhamento definido previamente.
- (E) a finalidade específica pretendida pelos usuários.

Realização

